



Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidor e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança.

Contrato nº 015/2008

Composto pela Linha de Transmissão 500 kV Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí, C2, com aproximadamente 710 km, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, contemplando com a implantação, operação e manutenção das respectivas instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (Estados Piauí, Maranhão e Tocantins) e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 99,94%.

Audidores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seu acionista, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus prestadores de serviços, destacando a elevada competência do corpo técnico e de seu acionista pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

A Administração

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	11
3. Políticas contábeis materiais regulatórias.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador	17
5. Caixa e equivalentes de caixa	17
6. Aplicações financeiras.....	18
7. Caixa restrito	18
8. Contas a receber – concessionárias e permissionárias.....	18
9. Tributos e contribuições a compensar	19
10. Imobilizado.....	20
11. Intangível.....	23
12. Empréstimos e financiamento	25
13. Tributos e encargos sociais a recolher	27
14. Encargos regulatórios a recolher	27
15. Provisões	28
16. Patrimônio líquido	28
17. Receita operacional bruta	29
18. Resultado financeiro	32
19. Imposto de renda e contribuição social	32
20. Transações com partes relacionadas.....	32
21. Instrumentos financeiros	33
22. Seguros.....	35
23. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	36
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	43

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.294	187
Aplicação financeira	6	1.268	4.641
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	8	8.322	1.383
Estoques		2.856	2.152
Serviços em curso		106	180
PIS e COFINS diferidos		163	198
Imposto de renda e contribuição social diferidos		36	107
Tributos e contribuições a compensar	9	1.774	1.751
Despesas antecipadas		113	47
Outros		1.772	1.978
		20.704	12.624
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa Restrito	7	16.141	17.602
Contas a receber – concessionárias e permissionárias	8	188	363
Serviços em curso		352	-
		16.681	17.965
Imobilizado	10	381.912	394.847
Intangível	11	1.607	1.648
		383.519	396.495
Total do ativo		420.904	427.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Arrendamento		28	57
Fornecedores		1.295	920
Empréstimos e financiamentos	12	15.178	14.481
Tributos e encargos sociais a recolher	13	897	1.167
Encargos regulatórios a recolher	14	71	151
Partes relacionadas	20	532	559
Dividendos a pagar	16 (b)	15.720	-
Outros		1.394	1.279
		35.115	18.614
Não circulante			
Arrendamento		162	328
Empréstimos e financiamentos	12	92.659	107.455
Fornecedores		-	106
Provisão para contingências	15	542	-
Encargos regulatórios a recolher	14	485	241
		93.848	108.130
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	338.984	338.984
Reserva de lucros	16 (c)	(47.031)	(38.632)
Reserva de reavaliação	16 (d)	(12)	(12)
		291.941	300.340
Total do passivo e do patrimônio líquido		420.904	427.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	17	63.036	57.813
		63.036	57.813
Tributos			
PIS		(379)	(368)
COFINS		(1.750)	(1.699)
		(2.129)	(2.067)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.548)	(1.611)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(192)	(208)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(586)	(532)
		(2.326)	(2.351)
Receita líquida		58.581	53.395
Custos e despesas			
Pessoal		(768)	(839)
Material		(710)	(403)
Serviços de terceiros		(9.609)	(7.392)
Depreciação e amortização		(16.602)	(16.493)
Provisão para contingências		(497)	-
Seguros		(199)	(93)
Doações, contribuições e subvenções		-	(18)
Arrendamento e aluguéis		(470)	(445)
Tributos		(15)	(37)
Outras despesas Operacionais		(359)	-
Gastos diversos		(49)	(325)
		(29.278)	(26.045)
Resultado da atividade		29.303	27.350
Receitas financeiras	18	3.239	4.972
Despesas financeiras	18	(9.354)	(10.239)
		(6.115)	(5.267)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		23.188	22.083
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(2.796)	(3.596)
Diferido		(71)	151
		(2.867)	(3.445)
Lucro líquido do exercício		20.321	18.638
Lucro por ação		0,05995	0,05498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício		20.321	18.638
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	16 (d)	-	(12)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>20.321</u>	<u>18.626</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucro					Total
		Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	
Em 31 de dezembro de 2021		338.984	1.742	(13.191)	-	-	327.535
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.638	-	18.638
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	(12)	(12)	
Destinação do lucro							
Reserva legal	16(c)	-	2.351	-	(2.351)	-	-
Retenção de lucros	16(c)	-	-	(4.713)	4.713	-	-
Dividendos intermediários		-	-	(24.821)	(9.833)	-	(34.654)
Dividendos obrigatórios	16(b)	-	-	-	(11.167)	-	(11.167)
Em 31 de dezembro de 2021		338.984	4.093	(42.725)	-	(12)	300.340
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.321	-	20.321
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro							
Reserva legal	16(c)	-	3.310	-	(3.310)	-	-
Retenção de lucros	16(c)	-	-	1.291	(1.291)	-	-
Dividendos intermediários		-	-	(13.000)	-	-	(13.000)
Dividendos obrigatórios	16(b)	-	-	-	(15.720)	-	(15.720)
Em 31 de dezembro de 2023		338.984	7.403	(54.434)	-	(12)	291.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.321	18.638
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	16.602	16.493
PIS e COFINS diferidos	35	(223)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	71	(151)
Provisão para demandas judiciais	497	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado	366	582
Receita sobre aplicações financeiras	(303)	(1.770)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	9.260	10.171
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	22	18
	<u>46.871</u>	<u>43.758</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	(6.724)	5.306
Estoques	(704)	(1.266)
Tributos e contribuições a compensar	(23)	239
Serviços em curso	(278)	630
Outros	(146)	(565)
	<u>(7.915)</u>	<u>4.344</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	269	4.645
Tributos e encargos sociais a recolher	(2.300)	2.280
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.570)	(2.339)
Encargos regulatórios a recolher	164	(537)
Partes relacionadas	(27)	(4.309)
Outros	115	140
	<u>251</u>	<u>(120)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>39.207</u>	<u>47.982</u>
Atividades de investimento		
Caixa restrito	1.461	328
Aplicações financeiras	(25.573)	(58.327)
Resgates de Aplicações financeiras	29.249	79.864
Aquisição de Imobilizado (nota 10 (b))	(3.826)	(3.761)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>1.311</u>	<u>18.104</u>
Atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(14.094)	(13.424)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(9.265)	(10.217)
Pagamentos de arrendamentos	(52)	(55)
Dividendos pagos	(13.000)	(54.095)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(36.411)</u>	<u>(77.791)</u>
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.107</u>	<u>(11.705)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	187	11.892
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>4.294</u>	<u>187</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	<u>4.107</u>	<u>(11.705)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”) constituída em 3 de dezembro de 2007, é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”) desde setembro de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5,6 e 7, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
001/2008	30	16.03.38	5	2028	IPCA	59.405	06/23

Contrato nº 001/2008

Linha de Transmissão 500 kV Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí, C2, com aproximadamente 710 km, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, contemplando com a implantação, operação e manutenção das respectivas instalações da rede básica do sistema elétrico interligado (Estados Piauí, Maranhão e Tocantins).

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

1.3 Capital circulante líquido negativo

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$14.413(R\$5.990 em 31 de dezembro de 2022) e prevê que a geração de caixa será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, a acionista se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 23 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3 Políticas contábeis materiais regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 14).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 14).

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito (nota 7) e aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 8). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 17.3), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na nota 10 e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratar de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.10 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- *Arrendatário*

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 15 (a).

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.16 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos e arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	4.294	187
	<u>4.294</u>	<u>187</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023		
	% do CDI		
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		2023	2022
	108,1%	1.230	4.620
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		38	21
		1.268	4.641

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Caixa restrito

Em 10 de maio de 2010 foi assinado contrato de financiamento entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez, o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB, no valor mínimo de R\$16.000. O saldo de caixa restrito é R\$16.141 (R\$17.602 em 2022).

8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente vencida					2023	2022
	Corrente a vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	7.984	17	310	11	188	8.510	1.746
	7.984	17	310	11	188	8.510	1.746

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

9 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda retido na fonte	1.756	1.751
COFINS	3	-
PIS	15	-
	<u>1.774</u>	<u>1.751</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.689	-	-	9.299	12.988	9.299	(5.656)	7.332	670
Máquinas e equipamentos	<u>569.216</u>	<u>-</u>	<u>(254)</u>	<u>(7.899)</u>	<u>561.063</u>	<u>(8.153)</u>	<u>(201.712)</u>	<u>359.351</u>	<u>381.083</u>
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	510	-	(112)	-	398	(112)	(181)	217	375
Máquinas e equipamentos	<u>2.014</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>2.054</u>	<u>40</u>	<u>(278)</u>	<u>1.776</u>	<u>1.869</u>
Subtotal	<u>575.429</u>	<u>-</u>	<u>(366)</u>	<u>1.440</u>	<u>576.503</u>	<u>1.074</u>	<u>(207.827)</u>	<u>368.676</u>	<u>383.997</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativo imobilizado em Curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	4.841	3.643	-	(1.667)	6.817	1.976	-	6.817	4.841
Outros	5.926	-	-	267	6.193	267	-	6.193	5.926
Administração									
Máquinas e equipamentos	83	183	-	(40)	226	143	-	226	83
Subtotal	10.850	3.826	-	(1.440)	13.236	2.386	-	13.236	10.850
Total do ativo imobilizado	586.279	3.826	(366)	-	589.739	3.460	(207.827)	381.912	394.847

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

		2023	2022		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,26%	12.988	(5.656)	7.332	670
Máquinas e equipamentos	3,89%	561.063	(201.712)	359.351	381.083
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,90%	398	(181)	217	375
Máquinas e equipamentos	7,21%	2.054	(278)	1.776	1.869
		576.503	(207.827)	368.676	383.997
Em Curso					
Transmissão					
		13.010	-	13.010	10.767
Administração					
		226	-	226	83
		13.236	-	13.236	10.850
		589.739	(207.827)	381.912	394.847

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	3.307	513	6	3.826
Total das adições	3.307	513	6	3.826

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Servidões	1.487	-	-	-	1.487	-	-	1.487	1.487
Administração									
Softwares	211	-	-	-	211	-	(197)	14	55
Subtotal	1.698	-	-	-	1.698	-	(197)	1.501	1.542

b) Ativo intangível em curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão									
Servidões	106	-	-	-	106	-	-	106	106
Subtotal	106	-	-	-	106	-	-	106	106
Total do Ativo Intangível	1.804	-	-	-	1.804	-	(197)	1.607	1.648

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

		2023		2022	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Serviços		1.487	-	1.487	1.487
Administração					
Softwares	20,0%	211	(197)	14	55
		1.698	(197)	1.501	1.542
Em Curso					
Transmissão		106	-	106	106
		106	-	106	106
		1.804	(197)	1.607	1.648

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo	Adimplente	Data da captação /Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data próximo pgto Juros (*)	Frequência pgto juros	Data da próxima amortização (*)	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
	381	14.797	92.659	107.837											
BNB Semiáriodo (i)	137	4.998	33.307	38.442	Sim	Out/10	Recebíveis	Pré	10,0%	19/01/2024	Mensal	19/01/2024	19/05/30	Mensal	SAC
BNB - Demais Regiões (i)	244	9.799	59.352	69.395	Sim	Out/10	Recebíveis	Pré	10,0%	19/01/2024	Mensal	19/01/2024	19/05/30	Mensal	SAC

(*) pagamento foi realizado na data prevista.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) BNB - Contrato 56.2010.2491.3531

Em 19 de maio de 2010, a Companhia assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no montante de R\$220.000 sendo R\$93.811 (semiárido) e R\$126.189 (fora do semiárido) ambos com custo de 10% a.a. O crédito é destinado a implantação de uma linha de transmissão em 550KV, com 710 km de extensão, com origem na Subestação de Colinas e término na Subestação de São João do Piauí. Os juros são cobrados mensalmente a partir de junho de 2012. O valor principal da dívida tem amortizações mensais a partir de junho de 2012 com vencimento final em 19 de maio de 2030. Sobre os encargos incidentes será aplicado um bônus de adimplência de 25% (semiárido) e 20% (fora do semiárido). Como garantia a Companhia tem constituído um fundo de liquidez (caixa restrito) o qual deverá ser mantido por todo o prazo da operação de financiamento, representado por aplicações financeiras em conta reserva mantida no próprio BNB no valor de R\$16.141 em 31 de dezembro de 2023 (nota 7). Não existe exigência de cumprimento de indicadores financeiros (*covenants*).

b) O cronograma de vencimento da amortização de principal e juros de longo prazo, estão distribuídos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030+</u>	<u>Total</u>
Moeda Nacional							
BNB – Semiárido	5.271	5.544	5.651	6.459	7.277	3.105	33.307
BNB – Demais regiões	<u>10.232</u>	<u>10.697</u>	<u>11.381</u>	<u>11.436</u>	<u>11.055</u>	<u>4.551</u>	<u>59.352</u>
	<u>15.503</u>	<u>16.241</u>	<u>17.032</u>	<u>17.895</u>	<u>18.332</u>	<u>7.656</u>	<u>92.659</u>

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldos em 2021	<u>135.406</u>
Pagamento de principal	(13.424)
Pagamento de juros	(10.217)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>10.171</u>
Saldos em 2022	<u>121.936</u>
Pagamento de principal	(14.094)
Pagamento de juros	(9.265)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>9.260</u>
Saldos em 2023	<u>107.837</u>

d) Composição ativos financeiros

	<u>Principal Curto Prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.562	-	5.562
Caixa Restrito	-	16.141	16.141
	<u>5.562</u>	<u>16.141</u>	<u>21.703</u>

e) Composição do endividamento e dívida líquida

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Juros de curto Prazo</u>	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + juros LP</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dívida bruta					
Moeda nacional	381	14.797	92.659	107.837	121.936
Ativos financeiros	-	(5.562)	(16.141)	(21.703)	(22.430)
Dívida líquida				<u>86.134</u>	<u>99.506</u>

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	283	472
Contribuição social	231	326
COFINS	186	165
PIS	40	36
INSS	117	58
Imposto de renda retido na fonte	7	4
Outros	33	106
	<u>897</u>	<u>1.167</u>

14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	556	392
	<u>556</u>	<u>392</u>
Circulante	71	151
Não circulante	<u>485</u>	<u>241</u>

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, há demanda judicial com probabilidade de perda provável, uma de natureza cível-fundiário no valor de R\$2 e uma de natureza cível-regulatório no valor de R\$540, totalizando R\$542. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui doze ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, sendo seis de natureza cível-fundiário, no valor de R\$723, três de natureza cível-regulatório no valor de R\$1.167 e três de natureza tributária no valor de R\$488, totalizando R\$2.378 (R\$3.663 em 2022).

16 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 31 de março de 2023 e disponibilizadas em 04 de abril de 2023.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de 400.000.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 e 2022 é de R\$338.984, representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas e retenção de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal	7.403	4.093
Reserva de retenção de lucros	<u>(54.434)</u>	<u>(42.725)</u>
	<u>(47.031)</u>	<u>(38.632)</u>

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, Imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.843/2021 de abril de 2021, totaliza R\$ 78 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$ 53. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em fevereiro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	78
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro de 2022	(25)
(a)	Total	53
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	65
(a) - (b)	Total da reavaliação	(12)
(c)	IR/CS diferidos	0
(=)	PL Reserva de reavaliação	(12)

17 Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Rede básica	<u>63.036</u>	<u>57.813</u>
	<u>63.036</u>	<u>57.813</u>

17.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção (O&M), para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
001/2008	3.205	13.06.2023	01.07.2023

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

17.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

17.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória n.º 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	RAP Ciclo 22/23		RAP Ciclo 23/24				
índice	REH 3.067 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.067	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	58.996	2.322	-	-	61.318	(1.913)	59.405

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT			Tota l 2023	Tota l 2022
	Novos investimentos	Licitação	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitação	Parcela de ajuste	
001/2008	9	58.987	(6.483)	-	-	-	52.513
	9	58.987	(6.483)	-	-	-	52.513

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada		
001/2008	9	61.309	(1.913)	-	-	59.405	52.513
	9	61.309	(1.913)	-	-	59.405	52.513

17.4 Resolução Homologatória nº 3.205

A Resolução Homologatória nº 3.205, publicada em 13 de junho de 2023 reposicionou a RAP da Companhia com impacto contábil reconhecido no terceiro trimestre de 2023, totalizando um valor positivo de R\$28.577 registrado na rubrica Revisão Tarifária Periódica. No entanto, os efeitos da referida Resolução foram desconsiderados na Resolução Homologatória nº 3.216 (nota 14.7) para o ciclo da RAP 2023/2024. A Companhia entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, pleiteando a consideração do reposicionamento tarifário.

Em 12 de dezembro de 2023, foi publicado o Despacho nº 4.675, onde consta o resultado do referido recurso administrativo, no qual a ANEEL reconhece os efeitos da Resolução Homologatória nº 3.205/23 na RAP das concessões envolvidas. Entretanto, os efeitos serão aplicados a partir do reajuste do ciclo tarifário de 2024/2025.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.948	4.956
Juros ativos	3	4
Variações monetárias	1	2
Outras	287	10
	<u>3.239</u>	<u>4.972</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.227)	(10.146)
Juros passivos	-	(3)
Variações monetárias	(55)	(14)
Outras	(72)	(76)
	<u>(9.354)</u>	<u>(10.239)</u>
	<u>(6.115)</u>	<u>(5.267)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social são correntes totalizam R\$2.796 (R\$3.596 em 2022), que representam o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2023.

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Dividendos	CTEEP	15.720	-	-	-
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal (i)	CTEEP	229	284	(906)	(980)
Prestação de serviços (ii)	CTEEP	303	275	(3.262)	(3.535)
		<u>16.252</u>	<u>559</u>	<u>(4.168)</u>	<u>(4.515)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
- (i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (ii) A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	4.294	187
Aplicações financeiras	2	1.268	4.641
Caixa restrito	2	16.141	17.602
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	8.322	1.383
Não circulante	-	188	363
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	15.178	14.881
Não circulante	-	92.659	107.455
Arrendamento			
Circulante	-	28	57
Não circulante	-	162	328
Fornecedores	-	1.295	328
Partes relacionadas	-	532	559
Dividendos a pagar	-	15.720	-

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	15.178	14.481
Não circulante	92.659	107.455
Arrendamento		
Circulante	28	57
Não circulante	162	328
Dívida total	108.027	122.321
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.562	4.828
Dívida líquida	102.465	117.493
Patrimônio líquido societário	404.215	366.744
Índice de endividamento líquido	25,3%	32,0%

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (nota 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.295	-	-	-	-	1.295	1.026
Empréstimos e financiamentos	1.615	3.699	9.864	92.659	-	107.837	121.936
Arrendamento	2	7	19	162	-	190	385
	<u>2.912</u>	<u>3.706</u>	<u>9.883</u>	<u>92.821</u>	<u>-</u>	<u>109.322</u>	<u>123.347</u>

22 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	19/12/21 a 01/06/24	87.638	262
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			<u>394</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

23 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.294	-	4.294	187	-	187
Aplicações financeiras	1.268	-	1.268	4.641	-	4.641
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	8.322	(8.322)	-	1.383	(1.383)	-
Ativo da concessão	-	59.026	59.026	-	50.750	50.750
Estoques	2.856	-	2.856	2.152	-	2.152
Serviços em curso	106	(106)	-	180	(180)	-
PIS COFINS diferidos	163	(163)	-	198	(198)	-
IR e CS diferidos	36	(36)	-	107	(107)	-
Tributos e contribuições a compensar	1.774	-	1.774	1.751	-	1.751
Despesas antecipadas	113	-	113	47	-	47
Outros	1.772	(1.665)	107	1.978	(1.786)	192
	20.704	48.734	69.438	12.624	47.096	59.720
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	16.141	-	16.141	17.602	-	17.602
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	188	(188)	-	363	(363)	-
Ativo da concessão	-	478.589	478.589	-	444.047	444.047
Estoques	-	3.850	3.850	-	4.373	4.373
Serviços em curso	352	-	352	-	-	-
	16.681	482.251	498.932	17.965	448.057	466.022
Imobilizado	381.912	(381.579)	333	394.847	(394.407)	440
Intangível	1.607	(1.602)	5	1.648	(1.606)	42
	383.519	(383.181)	338	396.495	(396.013)	482
Total do ativo	420.904	147.804	568.708	427.084	99.140	526.224
			2023			2022

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	15.178	-	15.178	14.481	-	14.481
Arrendamentos	28	-	28	57	-	57
Fornecedores	1.295	-	1.295	920	-	920
Tributos e encargos sociais a recolher	897	-	897	1.167	-	1.167
Encargos regulatórios a recolher	71	-	71	151	-	151
Dividendos a pagar	15.720	-	15.720	-	-	-
Partes relacionadas	532	-	532	559	-	559
Outros	1.394	-	1.394	1.279	-	1.279
	35.115	-	35.115	18.614	-	18.614
Passivo Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	92.659	-	92.659	107.455	-	107.455
Arrendamentos	162	-	162	328	-	328
Provisões para demandas judiciais	542	-	542	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	106	-	106
Encargos regulatórios a recolher	485	-	485	241	-	241
PIS e COFINS diferidos	-	19.291	19.291	-	17.798	17.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	16.239	16.239	-	14.938	14.938
	93.848	35.530	129.378	108.130	32.736	140.866
Total do Passivo	128.963	35.530	164.493	126.744	32.736	159.480
Patrimônio líquido						
Capital social	338.984	-	338.984	338.984	-	338.984
Reservas de lucros	(47.031)	112.262	65.231	(38.632)	66.392	27.760
Reserva de reavaliação	(12)	12	-	(12)	12	-
Total do patrimônio líquido	291.941	112.274	404.215	300.340	66.404	366.744
Total do passivo e do patrimônio líquido	420.904	147.804	568.708	427.084	99.140	526.224

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	63.036	6.395	69.431	57.813	15.897	73.710
	63.036	6.395	69.431	57.813	15.897	73.710
Tributos						
PIS	(379)	(67)	(446)	(368)	(103)	(471)
COFINS	(1.750)	(308)	(2.058)	(1.699)	(476)	(2.175)
	(2.129)	(375)	(2.504)	(2.067)	(579)	(2.646)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.548)	-	(1.548)	(1.611)	-	(1.611)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(192)	-	(192)	(208)	-	(208)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(586)	-	(586)	(532)	-	(532)
	(2.326)	-	(2.326)	(2.351)	-	(2.351)
Receita líquida	58.581	6.020	64.601	53.395	15.318	68.713
Custos e despesas						
Pessoal	(768)	768	-	(839)	839	-
Material	(710)	(3.768)	(4.478)	(403)	(1.599)	(2.002)
Serviços de terceiros	(9.609)	(1.281)	(10.890)	(7.392)	(2.090)	(9.482)
Provisões para demandas judiciais	(497)	-	(497)	-	-	-
Depreciação e amortização	(16.602)	16.510	(92)	(16.493)	16.396	(97)
Seguros	(199)	-	(199)	(93)	-	(93)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(18)	-	(18)
Arrendamento e aluguéis	(470)	-	(470)	(445)	-	(445)
Tributos	(15)	-	(15)	(37)	-	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais	(359)	28.859	28.500	-	(2)	(2)
Gastos diversos	(49)	(8)	(57)	(325)	(1)	(326)
	(29.278)	41.080	11.802	(26.045)	13.543	(12.502)
Resultado da Atividade	29.303	47.100	76.403	27.350	28.861	56.211

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	3.239	-	3.239	4.972	-	4.972
Despesas financeiras	(9.354)	-	(9.354)	(10.239)	9	(10.230)
	(6.115)	-	(6.115)	(5.267)	9	(5.258)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	23.188	47.100	70.288	22.083	28.870	50.953
Despesas com impostos	(2.867)	(1.230)	(4.097)	(3.445)	(490)	(3.935)
Lucro do exercício	20.321	45.870	66.191	18.638	28.380	47.018

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 e CPC 47.

23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

23.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	404.215	366.744
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(530.985)	(495.153)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	383.181	396.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	16.239	14.938
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	19.291	17.798
Patrimônio líquido regulatório	<u>291.941</u>	<u>300.340</u>

23.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro societário do exercício	66.191	47.018
Receita bruta (CPC 47)	(6.395)	(15.897)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	375	579
Depreciação e amortização (CPC 47)	(16.510)	(16.396)
Custos operacionais (CPC 47)	(24.570)	2.853
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	1.230	490
Outras despesas financeiras (CPC 06)	-	(9)
Lucro regulatório do exercício	<u>20.321</u>	<u>18.638</u>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem ressalvas, separado, com data de 28 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5